
ESTRUTURA E FORMAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS NA BAHIA

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

Repete-nos o saber intelectual, tanto quanto o saber popular, que a Bahia é preta e aristocrática, ou preta e oligárquica, conforme esteja se referindo ao passado ou ao presente.

São muitos os que concordam, sem sequer duvidar, em que não há uma classe média na Bahia, muito menos uma burguesia, quanto mais um operariado. Certamente esse saber é ideológico; mas que saber, tendo expressão social, não é ideológico? A ciência mais sistemática pode também ser ideológica, o que nada atesta contra ou a favor da veracidade de suas afirmações.

Estariam, então, as classes na Bahia fadadas a ser um exercício de dogmatismo acadêmico ou político daqueles que precisam acomodar a realidade aos modelos científicos ou políticos de outras sociedades ou de outros tempos? Acredito que não. Quem pensa o contrário procura desconhecer um paradigma fundamental das ciências sociais, um paradigma metodológico, é bom ressaltar, que não implica necessariamente um pleito substantivo: as classes são categorias teóricas que nos possibilitam postular que os conflitos sociais concretos e o desenvolvimento histórico têm uma relação sistemática entre si (Przeworski, 1977). É esse postulado que faz da análise de classe um elemento imprescindível da análise sociológica, ainda que em conjunturas históricas concretas as classes não estejam plenamente formadas a ponto de tecerem a identidade social dos grupos ou pesarem ativa e decididamente na condução da vida política.

Portanto, se nosso sábio interlocutor, intelectual ou popular, reconhecer a exis-

Nossos agradecimentos a João Reis e Nadya Castro, que leram e comentaram a versão preliminar deste texto. Este trabalho foi financiado pelo CENPES-SEPLANTEC.

tência de conflitos sociais na Bahia, o que parece ser uma asserção bastante razoável, validará, certamente, o exercício daquele paradigma. Junto ao postulado metodológico, todavia, defendemos o pleito substantivo, como hipótese de trabalho, de que as lutas sociais na Bahia foram lutas de classe na medida em que formaram grupos sociais com identidades particulares, isto é, com interesses e ideais próprios.

No resto deste texto, procuraremos desenvolver essa hipótese, fazendo uso dos poucos trabalhos e reflexões já escritos sobre esse tema. Antes, porém, nos permitimos fazer uns poucos e necessários esclarecimentos teóricos.

O que são classes?

O historiador social E.P. Thompson colocou lapidarmente a questão ao dizer que são as lutas de classe que formam as classes e não o contrário. Em sua polêmica definição "a viverem sua própria história, os homens definem classe, e esta é, em última análise, a única definição possível", Thompson tem razão mas exagera. Existem certamente alguns limites estruturais para a maneira como os homens e as mulheres vivem sua própria história. Esses limites são dados pelo que em sociologia se chama de estrutura de classe, um mapa de lugares, ou espaços vazios, traçados a partir da organização da produção, do poder e do conhecimento. Como uma estrutura de classe só faz sentido quando referida a uma teoria da exploração, começemos por esclarecer esta última. Mas, ao fazê-lo, teremos que desprezar o bom costume acadêmico de discutir criticamente as fontes e os argumentos da teoria exposta, porque tal procedimento alongaria por demais o texto e nos afastaria de nosso objetivo.

Exploração pode ser definida como a apropriação de sobretrabalho social, ou seja, a quantidade de trabalho que excede o necessário para a sobrevivência e a reprodução do conjunto dos trabalhadores, em condições de dominação social. A exploração, nos demonstra o economista americano John Roemer (1982), advém de uma distribuição desigual dos ativos econômicos (meios de produção, força de trabalho e talentos e habilidades), possuídos sob a forma de propriedade privada ou controle efetivo, a partir dos quais são produzidos e trocados bens e serviços num mercado econômico qualquer. A essa lista de ativos podemos acrescentar, sem dúvida, os meios de administração, conforme a sugestão de um outro americano, o sociólogo Erik Wright (1983). Temos, assim, que a posse de ativos econômicos marca a possibilidade de uma estrutura de classes em que sejam monopolizados com exclusividade: (a) os meios de produção (por capitalistas, latifundiários, rentistas etc); (b) a força de trabalho (pelos trabalhadores); (c) os talentos e habilidades (por artesãos, profissionais e artistas); e (d) os meios de administração (por executivos e burocratas). Qual a possibilidade teórica dessa estrutura servir de base à formação de classes sociais, históricas e efetivas, no sentido que lhes dá Thompson? Discutindo essa questão em outra oportunidade (Guimarães, 1984), estabelecemos parâmetros gerais resumidos a seguir:

1. Numa ordem econômica capitalista, tanto a burguesia quanto a burocracia do Estado controlam os meios de administração. Uma vez que a propriedade privada dos meios de produção requer necessariamente o controle dos meios de sua administração, a burocracia de Estado está necessariamente subordinada à lógica da acumulação privada enquanto não detiver, com exclusividade, o controle dos meios de produção. É isso que a impede de tornar-se uma classe autônoma, restringindo-a a ser, no limite, uma burguesia de Estado.

2. Na mesma ordem econômica capitalista, talentos e habilidades podem efetivamente servir de base para a formação de uma camada "exploradora" que monopolize, com exclusividade, através de credenciais ou diplomas, a prestação de determinados

serviços.

3. Ainda na ordem capitalista, os conflitos de classe podem ocorrer tanto entre grupos que ocupam lugares assimétricos numa relação de exploração, como os trabalhadores e os empresários, como entre grupos que não estabelecem relações de exploração senão através da circulação de mercadorias, mediados, em ambos os casos, pelo Estado.

Resumindo, a existência de exploração fica estabelecida quando um grupo social se apropria de sobretrabalho social numa situação de dominação que se caracteriza pela simples existência de um Estado. As diversas relações e formas de exploração são a base de uma estrutura de classe que limita as possibilidades da formação de classes sociais históricas e reais.

Como, então, se formam as classes, já que elas não estão dadas, para todo o sempre, pela estrutura econômica, necessitando apenas ganhar a consciência de si, conforme a antiga interpretação "marxista"? Sem a pretensão de avançar uma resposta, mas tão-somente para introduzir os elementos teóricos que utilizaremos nos itens seguintes do texto, diremos que: (a) as classes são produtos de lutas sociais históricas e concretas (Thompson, 1958); (b) o resultado dessas lutas depende do que Wright (1980) chama de capacitação de classe, ou seja, dos recursos ideológicos (uma teoria, uma tradição cultural), dos recursos organizacionais (modos de articulação de recursos financeiros disponíveis para serem utilizados pelas classes); (c) essa capacitação delimita, primeiramente, a formação social dos interesses de classe e, em segundo lugar, a sua capacidade de exercer uma liderança política, cultural e moral sobre outras classes e facções de classe; (d) fica claro, então, que as classes se organizam, se desorganizam e se re-organizam num processo constante (Przeworski, 1977).

A transformação da velha Bahia

Os poucos estudos existentes sobre a história econômica da Bahia são unânimes em apontar uma estrutura de classe, nos anos 40 e 50, que poderia ser resumida em poucas linhas. Por um lado, tínhamos, no topo da economia agroexportadora, os banqueiros, os grandes comerciantes exportadores e importadores, seguidos dos "barões" do açúcar, dos oligarcas latifundiários, dos grandes atacadistas e dos grandes industriais (do fumo, do cacau, da construção civil); por outro lado, controlando o poder do Estado, além dos eventuais membros das classes proprietárias, uma camada de altos funcionários, geralmente advogados, juristas, médicos e engenheiros, e de políticos profissionais, distribuídos, os dois grupos, pelo Executivo (principalmente os setores de saúde, educação e transporte), pelo Judiciário e pelo Legislativo. Havia, portanto, de modo claro, uma classe dominante, exploradora, que vivia principalmente da renda de propriedades e de cargos públicos, e só secundariamente de lucros auferidos em empreendimentos capitalistas.

Abaixo desse topo, podia-se delinear uma diminuta camada de pequenos e médios proprietários rurais, de comerciantes, de profissionais liberais e, principalmente, de funcionários públicos, sendo o Estado a principal fonte de renda e de arrimo de toda uma camada de pessoas ligadas por laços familiares ou de clientela às classes dominantes. Além dessa, podia-se também distinguir uma camada relativamente ampla de camponeses, de artesãos e operários qualificados, empregados por conta própria, gente que se autodenominava de remediados. Finalmente, havia os operários não-qualificados, os diaristas, os biscateiros e os desempregados (Azevedo, 1956).

Thales de Azevedo (1956) reflete magistralmente sobre essa estrutura de classe para sugerir três teses que nos parece necessário retomar:

1. A Bahia dos anos 50 não concluíra ainda a sua passagem de uma sociedade de

status para uma sociedade exclusiva ou predominantemente de classes sociais.

2. Essa sociedade de *status* estava dividida em dois grupos — ricos e pobres — correlacionados estreitamente com os grupos de cor — brancos e pretos. Assim, Azevedo nota a associação entre brancos, ricos e elite, por um lado, e pretos, pobres e povo, por outro.

3. A formação das classes sociais na Bahia ocorre, portanto, sobreposta àqueles grupos de prestígio e dentro dos limites dados por eles. No dizer de Azevedo: "o *status* de nascimento e a cor limitam a distância social que se pode percorrer no processo de mobilidade vertical, quaisquer que sejam os demais elementos condicionantes".

Na classe alta, Thales de Azevedo identifica três estratos — famílias tradicionais, famílias ricas e novos-ricos — e enumera a sua situação com respeito à produção: trata-se de fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, altos funcionários públicos, professores universitários, diretores de banco, políticos e industriais.

Como se pode ver, ao lado da burguesia propriamente dita, isto é, daqueles que possuem basicamente meios de produção e de administração — como os banqueiros, os fazendeiros, os comerciantes e os industriais —, Azevedo enumera grupamentos que possuem apenas talentos credenciados, isto é, que exercem com exclusividade determinadas habilidades — como os professores universitários e os profissionais liberais — e grupamentos que possuem apenas meios de administração — como os políticos e os altos funcionários públicos.

Se descartarmos a possibilidade de que a percepção de Azevedo reflita apenas sua posição de classe, pois, afinal, a pretendida ingenuidade dos outros geralmente serve apenas para encobrir a nossa falta de engenhosidade, devemos concluir que deve ter havido uma forma de organizar a produção na Bahia de modo a permitir que a formação de sua classe dominante tomasse a forma de uma "alta sociedade" ao invés de uma simples burguesia. "Alta sociedade" que se baseava na exploração advinda do controle sobre diversos ativos econômicos — meios de produção, meios de organização e administração e talentos. Que forma de organizar a produção era essa? Esta é uma linha de investigação muito extensa para prosseguir aqui. Lembro apenas que Francisco de Oliveira (1984) aponta para excelentes pistas. Aqui, ao invés, preocupa-nos estabelecer o caráter dessa "alta-sociedade" como modo de entender a formação das classes na Bahia dos anos 50.

Estudando, anos atrás, a formação da hegemonia burguesa na Bahia (Guimarães, 1982), defendemos a tese de que a burguesia aqui se formou sob a liderança da sua facção financeira. Naquele estudo, procuramos demonstrar como as atividades que formam hoje o alicerce da nossa economia — a saber, a exploração e refino de petróleo, as indústrias de transformação e a petroquímica — são projetos de primeira hora do capital financeiro baiano. Já no pós-guerra, Clemente Mariani, então diretor-presidente do Banco da Bahia, denunciava o comércio triangular que se estabelecia entre a Bahia, o exterior e o Sul do país em decorrência da política cambial do governo federal. O comércio triangular, segundo Mariani, condenava a Bahia a um estado de subordinação e sangria dos seus capitais. Essa tese, diga-se de passagem, será mais tarde reelaborada por Celso Furtado e aplicada ao conjunto da região Nordeste. Mariani, ainda nos anos 40, já defendia um projeto de desenvolvimento regional baseado na industrialização e exploração do petróleo.

A "alta sociedade" a que se refere Azevedo tinha, portanto, já nos anos 40 e início dos 50, uma liderança nitidamente burguesa. Liderança que se consolidava em termos de um projeto de desenvolvimento industrial e que buscava organizar a sociedade baiana sob a égide dos interesses financeiros da grande burguesia. A hegemonia do setor financeiro, portanto, sobrepunha-se tanto aos outros interesses burgueses — isto é, aos interesses dos fazendeiros, dos comerciantes e dos industriais — quanto aos interesses das demais camadas da "alta-sociedade" — isto é, profissionais liberais, professores universitários, políticos e altos funcionários públicos.

É através do exercício dessa hegemonia no interior da classe dominante que a burguesia na Bahia forma-se enquanto classe, num movimento econômico e político que passa, primeiro, no plano regional, por ceder aos tecnocratas a direção intelectual do seu projeto de classe e, segundo, no plano nacional, por ceder aos militares e aos seus prepostos políticos a direção do Estado.

Na metade dos anos 50, um projeto liberal, liderado pelo Banco da Bahia, cede lugar a um projeto regional-desenvolvimentista, capitaneado pela Comissão de Planejamento Econômico. Esse deslocamento é importante porque, por um lado, sedimenta a diversificação que corre no seio da "alta sociedade" e revela os diferentes tipos de ativos econômicos sobre os quais repousam os grupos dominantes, por outro lado, é importante porque a liderança intelectual da burguesia se amaina diante de um novo tipo de intelectual — o tecnocrata —, que não veicula mais os valores liberais clássicos mas os valores ligados ao planejamento e à intervenção estatais.

O segundo movimento é uma extensão do primeiro: tendo perdido a liderança cultural para a nova *intelligentsia* tecnocrática, a burguesia acaba por perder também, entre 1964 e 1968, o comando do Estado nacional para os militares. Na Bahia, essa perda apenas consolida e reforça a grande centralização e o caudilhismo efetivamente implantado pelos governadores do estado desde a República Velha.

A Bahia do final dos anos 50 e início dos 60 conhece, portanto, um processo de desenvolvimento capitalista que altera sensivelmente os contornos do que Thales de Azevedo chamou de "alta sociedade". Essas alterações são de quatro ordens. Primeiro, passa a haver uma distinção mais nítida entre os grupos dominantes que vivem da exploração de diferentes ativos econômicos. Segundo, a liderança intelectual da grande burguesia amaina em face dos funcionários do capital, isto é, dos altos funcionários públicos e dos políticos profissionais. Terceiro, aparecem novas camadas médias, assim como são incorporadas pelas camadas médias antigas facções dominantes. Quarto, um novo operariado, com maiores recursos organizacionais e políticos, surge na cena social.

Em primeiro lugar, o capital financeiro baiano se expande para além da Bahia e adquire um caráter nacional, do mesmo modo que capitais controlados a partir de outros estados se projetam na economia baiana. A grande burguesia baiana, portanto, adquire um caráter mais nacional à medida que o centro de decisões que afeta grande parte da economia regional se desloca para o Sul.

Em segundo lugar, o mesmo processo de desenvolvimento aumenta sobremaneira a importância do Estado no processo de acumulação e, com isso, amplia a importância social dos altos funcionários públicos e dos políticos. A antiga liderança burguesa, exercida através de um discurso liberal, que era ao mesmo tempo a consciência da burguesia enquanto classe, passa a ser exercida através de um discurso popular-desenvolvimentista que, embora preservando os interesses da burguesia local, lhe retira, ainda assim, a liderança política. A liderança passa às mãos do Estado, ou melhor, às mãos do que posteriormente será chamado de tecnoburocracia ou burguesia de Estado.

Em terceiro lugar, novas camadas sociais se formam com níveis de renda superiores ou iguais aos das camadas que compunham a "alta sociedade" local, descaracterizando assim a sobreposição entre classes e grupos de prestígio. Esse processo de descaracterização é visível, por exemplo, com respeito aos professores universitários e profissionais liberais. Uma de suas consequências será a transformação dessas camadas de "intelectuais burgueses", isto é, de forjadores de um discurso liberal, consoante com as tradições burguesas, em "intelectuais de Estado", isto é, em forjadores de um discurso onde as atividades estatais ganham relevo sobre as atividades privadas.

Em quarto lugar, há as classes médias, de que nos fala Azevedo, compostas sobretudo por pequenos e médios comerciantes, proprietários e profissionais, os técnicos, os empregados no comércio e os funcionários médios. Essa classe cresce rapidamente não apenas com a absorção de antigas camadas da "alta sociedade" — como os professores

universitários e os profissionais liberais — mas, principalmente, com a criação de novas camadas médias, proporcionada pelo *boom* verificado na indústria, no comércio, nos transportes, nas comunicações e nos serviços em geral.

Finalmente, há o proletariado, formado pelos que possuem apenas a força de trabalho que vendem para sobreviver, que de parcela quase insignificante, em início dos anos 50, se torna uma parcela ponderável, nos anos 50 e 60. Esse crescimento se deve tanto à formalização do mercado — isto é, à introdução de formas de mediação entre a oferta e o consumo de força de trabalho — quanto ao aumento da oferta de trabalho industrial. É no setor industrial que começa a formar-se o novo operariado baiano, cuja presença se concentra na exploração e refino de petróleo, na metalurgia e, posteriormente, na petroquímica. Esse operariado (Guimarães, 1982) constitui-se em meio a um movimento regionalista cuja consequência mais imediata será transformá-lo em um setor do bloco de sustentação do Estado, ao invés de fazê-lo, fossem outras as circunstâncias, em vanguarda de classe. O operariado moderno na Bahia não exercerá liderança sobre aquele grupamento que Thales de Azevedo chamou de classe baixa, "pobreza" ou povo, e que compreendia os funcionários públicos, os empregados do comércio, os operários não-especializados, os "artistas" ou artesãos, os operários da construção civil e da indústria, os pequenos comerciantes, como vendeiros, quitandeiros, feireiros, vendedores ambulantes, os empregados domésticos e, finalmente, os roceiros. Ao contrário, o povo será liderado pelo próprio bloco histórico nacionalista, enquanto os setores organizados da classe operária serão apenas os fiadores dessa liderança.

Mudanças na estrutura de classe entre 1950 e 1980

Voltemos agora à estrutura de classe da Bahia, entre os anos 50 e 80, de modo a retratar, com maior precisão, tanto as suas mudanças quanto o processo de formação de classe que ela delimita. Veremos primeiro a transformação econômica que Oliveira e Reichstul chamaram de homogeneização do espaço nacional, e que, do ponto de vista social, enseja a formação de uma burguesia industrial na Bahia. Em segundo lugar, acompanharemos a emergência de um conjunto de novas ocupações na indústria, no comércio e nos serviços, todas ligadas ao setor mais dinâmico da economia, e que, do ponto de vista social, empresta a base para a formação de um segmento de classe média, regionalmente localizado, em tudo semelhante à classe média nacional. Em terceiro lugar, vamos nos concentrar na transformação da natureza do trabalho e na mudança de posição de velhas ocupações e no mercado de trabalho, transformação essa que desencadeia a formação de um novo contingente de trabalhadores, que estamos chamando, por ora, de credenciados e administrativos. Finalmente, reteremos nossa atenção sobre a criação de novas ocupações industriais que delimitam o processo de formação de classe dos trabalhadores na Bahia. É sobre a formação dessas quatro forças sociais que versa o restante desse texto.

1. A homogeneização do espaço nacional e a formação da burguesia industrial

No início dos anos 60, encerra-se no Brasil um ciclo de acumulação capitalista que fora sustentado, primeiro, pela ampliação dos setores de bens de capital e bens intermediários, como a metalurgia, a siderurgia e a extração e refino de petróleo, e, depois, pela implantação, em São Paulo, de um parque de bens de consumo duráveis. Esse ciclo

merece do Estado, em todos os seus momentos, um esforço concentrado de inversões em infra-estrutura básica, notadamente nos setores de transporte e comunicação, energia elétrica e serviços públicos.

O esgotamento desse ciclo de acumulação corresponde, por um lado, à emergência da liderança econômica do grande capital nacional e internacional, evidenciada no Plano de Metas de 1955, e, por outro lado, à crise de hegemonia do bloco do poder nacionalista que sobrevive ao suicídio de Vargas (Weffort, 1979). A crise, como se sabe, é resolvida por um golpe de Estado que se transforma rapidamente numa ditadura militar e instaura as novas condições políticas sobre as quais repousará o novo ciclo de acumulação dos anos 70.

Em termos de Bahia, o ciclo de acumulação dos anos 50 significou uma alteração profunda no perfil da economia regional (Gabrielli, 1975; Castro, 1985; Franco, 1985; Guimarães, I., 1986) que se desdobra em dois movimentos.

O primeiro se traduz pela ampliação da malha rodoviária da Bahia, o que favorece e potencia a criação de um mercado interno nacional onde as indústrias tradicionais locais passam a sofrer a concorrência dos centros capitalistas mais desenvolvidos. Esse movimento tem como consequência o sucateamento gradual do parque industrial baiano de produtos alimentícios, fumageiro e têxtil, e o desaparecimento de casas comerciais importantes. Ele se traduz pela alteração na estrutura do emprego através da redução relativa do pessoal ocupado na indústria de transformação, no comércio atacadista e nos serviços (Castro, 1985).

O segundo movimento, representado pela expansão das indústrias de bens de capital, é puxado pela criação da Petrobrás e pela implantação, em território baiano, de uma arrojada política de inversão na prospecção, extração e refino de petróleo. Do ponto de vista do emprego, esse movimento provoca a emergência de um conjunto de novas ocupações para o trabalho qualificado e semiquualificado, assim como para o trabalho de direção e concepção na indústria, e, ao mesmo tempo, o desaparecimento de todo um conjunto de atividades primárias e artesanais que se localizavam nas áreas de prospecção de petróleo, principalmente o complexo hortifrutigranjeiro do Recôncavo (Machado Neto, 1960; Azevedo, 1956).

A postura das forças sociais baianas durante o ciclo dos anos 50 fora, primeiro, de reação ao modelo de desenvolvimento industrial e, mais tarde, de apoio à regionalização do mesmo modelo.

Até o início dos anos 50, as classes dominantes baianas encontram o seu elemento unificador na burguesia banqueira e exportadora que procura combater: (a) a política industrialista do governo federal, principalmente a política cambial que onerava o setor exportador e importador; (b) a criação do monopólio estatal do petróleo, defendendo, ao contrário, a exploração privada através da associação com grupos estrangeiros (Guimarães, 1982).

Essa postura modifica-se com a criação da Petrobrás, em 1954, quando consolida-se a vitória da ideologia nacional-populista. A partir de então as classes dominantes passam a costurar os seus interesses através da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), que buscava, fundamentalmente, incentivar o desenvolvimento de atividades capitalistas na Bahia através de uma política industrial e agrícola que descolasse a acumulação interna de capital das flutuações do mercado externo. Em termos práticos, os interesses que caracterizam esta postura são: (a) a absorção, pelo estado da Bahia, dos efeitos multiplicadores das atividades de prospecção, extração e refino de petróleo no Recôncavo, seja através do uso mais intenso da praça comercial de Salvador pela Petrobrás, seja pela implantação de uma malha rodoviária moderna subsidiada pela empresa, seja pelo pagamento de royalties mais elevados; (b) a exploração das matérias-primas do petróleo através da instalação de indústrias petroquímicas privadas ou através do aproveitamento comercial do gás natural como força industrial ;(c) a defesa, junto com outros estados nor-

destinos, da criação de incentivos fiscais para a industrialização regional.

Estas duas posturas representaram, em sua mudança, a formação e o exercício de uma hegemonia capaz de expressar, com legitimidade, os "interesses baianos". Tanto assim que o novo segmento operário, ligado às atividades petrolíferas, encontrará, ao longo dos anos, os limites de sua ação reivindicatória e de formação de sua identidade social numa ideologia desenvolvimentista percebida sob uma perspectiva regionalista. É, aliás, esta a *differentia specifica* do movimento sindical baiano *vis-à-vis* o movimento sindical brasileiro, ele também desenvolvimentista e populista.

Com o golpe de Estado de 1964, começam a ser criadas as condições políticas e institucionais para o novo ciclo de acumulação capitalista no Brasil, sob a liderança do grande capital monopolista. Na Bahia, onde o bloco de poder nunca chegara a ser populista, apesar desta tendência no governo Lomanto, a reacomodação institucional não fez mais, aparentemente, do que afastar de cena os políticos e sindicalistas comprometidos com o governo federal deposto, de resto figuras secundárias no bloco do poder estadual. Seria, entretanto, enganoso fiar-se apenas no aspecto secundário dessas figuras. As modificações já apontadas na estrutura econômica não deixaram de proporcionar o crescimento de uma camada de médios proprietários, de trabalhadores credenciados e profissionais liberais que mostram, principalmente os últimos, uma ideologia claramente antioligárquica num estado dominado por um punhado de banqueiros, de exportadores e de grandes latifundiários. O Estado ditatorial, ao restringir o acesso das camadas médias ao poder, através da supressão das regras da disputa política, permitiu, em estados como a Bahia, que se consolidasse no poder uma oligarquia que encontraria cada vez menos espaços para dominar, a não ser em associação e através de concessões ideológicas a essas camadas emergentes da classe média.

De fato, a ditadura militar permitiu que o governo estadual, reduzido à representação de uma pequena oligarquia e de um punhado de interesses capitalistas, livre de possíveis pressões populares ou das classes médias, pudesse exercer, com toda pujança, a representação dos "interesses baianos". De 1966 a 1972, o governo estadual modificaria a face urbana de Salvador e criaria, nas cidades vizinhas de Simões Filho e Camaçari, a infra-estrutura capaz de abrigar os projetos industriais que a combinação entre incentivos fiscais e recessão econômica empurrava para o Nordeste. As conseqüências desse processo, que possibilitou a retomada da acumulação capitalista nos anos 70, foram interpretadas por Oliveira e Reichstul (1973) como homogeneização do espaço nacional para desempenhos econômicos de corte monopolista.

Na Bahia, o processo de homogeneização foi particular no que concerne à criação de uma burguesia industrial local de corte monopolista. A estrutura de classes na Bahia será alterada mais definitivamente pela implantação do segundo pólo petroquímico brasileiro em Camaçari (COPEC) do que pelo *boom* de acumulação ensejado pelos maciços investimentos em equipamentos urbanos, pela especulação imobiliária, pela expansão da praça comercial, pelo vertiginoso crescimento da construção civil e pela recomposição do parque industrial subsidiada pelos incentivos fiscais.

A história do COPEC, desde a confecção de seu projeto no governo Luís Vianna até a sua entrada em operação em 1978, demonstra a capacidade de mobilização, de influência e de organização das classes dominantes baianas — coalescida, certamente, pelo poder autoritário — para a consecução de seus interesses. Existe, é claro, a confluência desses interesses com os interesses nacionalistas de uma burguesia de Estado, interesses aliás salientados de modo unilateral por Suarez (1986), e com os interesses das empresas multinacionais do ramo químico, principalmente aquelas que por serem secundárias no mercado mundial baseavam sua estratégia de expansão em *joint ventures* internacionais.

Essa confluência de interesses sedimenta-se com a formação de uma comunidade oligopolística que gerencia a indústria petroquímica brasileira, em sua maior parte loca-

lizada na Bahia, a partir da influência que exerce sobre os aparelhos estatais chave e sobre empresas nodais, como a Petroquisa e a Norquisa (Evans, 1982). Essa comunidade de interesses é representada, a nível nacional, pela Abiquim (Associação Brasileira de Indústrias Químicas) e, a nível regional, pelo Cofic (Comitê de Fomento à Indústria de Camaçari), e pelo Sindicato das Indústrias Petroquímicas da Bahia. Em todas essas organizações, é bom que se frise, são os quadros originários da burguesia local que têm apresentado maior vocação política para liderar a comunidade, à diferença dos quadros mais técnicos e burocráticos oriundos das empresas estatais ou multinacionais. Em termos de poder local, o fato de a liderança dessa comunidade ser exercida por quadros da burguesia local torna mais fácil a articulação dos interesses dessa burguesia na petroquímica com seus outros interesses espalhados pela economia estadual e representados, prioritariamente, por outras organizações, como a Associação Comercial, a Federação das Indústrias, o Instituto de Cacao e a CEPLAC.

A moderna classe média: as ocupações técnicas de comando e concepção

A Petrobrás e o Complexo Petroquímico de Camaçari criaram diretamente e ocasionaram indiretamente a criação de um mercado de trabalho, em Salvador, para profissionais de alta qualificação técnico-científica. São, por um lado, engenheiros, técnicos de informática, químicos, administradores, economistas e psicólogos, empregados no parque petroquímico e metal-mecânico, e, por outro lado, são advogados, médicos, psicólogos, administradores, economistas e um grande número de outros especialistas empregados na administração pública, no setor de serviços industriais e serviços pessoais e no comércio.

Este mercado, sendo nacional, trouxe para a Bahia um contingente expressivo de profissionais de outras regiões, homogeneizando ainda mais gostos, atitudes e práticas sociais baseadas numa ideologia racionalista, utilitarista e competitiva, característica do capitalismo moderno. Com os seus altos salários e a competitividade de seus interesses, este grupo social jamais emerge organizado unificadamente ou se forma como classe, tendo, ao contrário, no que ultrapassa seus interesses corporativos, a forma social de massa. Uma massa, todavia, com uma forte consciência de seus interesses individuais e, devido ao seu racionalismo, com grande capacidade de emitir opiniões individuais e particulares. Este grupo, de fato, é central na formação da opinião pública e na construção de ideologias dominantes. É, portanto, um grupo de referência importante para a legitimação dos governos de democracias representativas que se apoiam sobre a opinião pública. Sua organização ocorre geralmente em torno de interesses particulares e visa à sua representação junto aos aparelhos de Estado através de associações e sindicatos profissionais, sociedades científicas e literárias, institutos de estudo etc. A estratégia social de cada uma dessas associações consiste, em geral, em conservar o monopólio sobre o mercado onde se exercem determinados talentos e habilidades credenciados, zelar pela manutenção de uma opinião pública favorável sobre a respeitabilidade da categoria e influenciar o governo e o parlamento em matérias de seu interesse.

Embora sem dados empíricos para explorar melhor a composição interna desses grupos de classe média, é de supor que uma parte razoável de seus membros detenha, além de talentos e habilidades credenciados, alguma propriedade de meios de produção ou ativos, como terras, fazendas, pequenas firmas de serviço, de comércio ou de transformação industrial. É de esperar que esta interpenetração entre a nova e a velha pequena burguesia ocorra principalmente em economias capitalistas em que a um mercado consumidor em expansão não corresponde, necessariamente, a presença de grupos empresariais de pequeno porte. Nesse caso, são os profissionais que tendem a preencher

a lacuna da pequena burguesia tradicional, deslocando parte de sua poupança para a inversão em pequenos negócios.

A classe média proletarizada ou os trabalhadores administrativos e credenciados

O mesmo movimento que possibilitou a ascensão de novas profissões industriais no lastro da revolução técnico-científica e uma nova camada de pessoas que se apropriam do excedente social através do assalariamento possibilita também o surgimento de uma camada de profissionais empobrecidos cujo excedente é expropriado pelo mesmo vínculo salarial ou que, sem produzir excedentes, não encontra no salário o meio de se reproduzir socialmente.

Por um lado, ocorre o fenômeno que se pode chamar de empobrecimento de velhas profissões, como o magistério de segundo e terceiro grau, que se transformam de antigos grupos de prestígio em ocupações mal remuneradas, apesar de especializadas. Por outro, ocorre o assalariamento de antigas profissões liberais, que se aviltam à medida que se multiplica a concessão de diplomas e que o exercício da profissão passa a ser organizado em grandes corporações estatais ou privadas.

Apesar desses profissionais deterem o controle quase absoluto do seu processo de trabalho e usufruírem, portanto, de grande autonomia diante do patronato, seu poder de barganha individual é fraco e seu nível de remuneração mantém-se constantemente abaixo dos padrões da moderna classe média. Essas condições favorecem a adoção de estratégias coletivas de reivindicação e a eventual emergência de um processo de formação de classe. De fato, de 1979 aos dias atuais, um número significativo de greves e de conflitos sociais ocorridos na Bahia envolveu professores secundaristas e universitários, médicos e pessoal de saúde, técnicos e profissionais de nível superior empregados em empresas estatais, todos manifestando um refinado nível de amadurecimento político e uma postura ideológica de classe muito clara.

Ao lado desses grupos "proletarizados" de profissionais credenciados emergiu também na sociedade um número importante de ocupações de escritório, *white-collar*, tanto no setor industrial quanto, principalmente, nos setores de comércio e de serviços. Ao lado de ocupações tradicionais, como os bancários e comerciários, tem-se agora uma gama diversificada de ocupações — vendedores, secretárias, programadores, digitadores, técnicos de manutenção —, que têm em comum serem exercidas em escritório, sob coordenação burocrática e com um nível de remuneração que as aproxima tanto das "profissões proletarizadas" quanto dos segmentos modernos do operariado industrial.

O novo proletariado industrial e a sua formação de classe

O golpe de 64, assim como o ciclo de acumulação dos anos 70, operou uma ruptura decisiva no perfil das classes trabalhadoras baianas. Por um lado, formou-se todo um contingente de novos segmentos industriais no ramo químico, petroquímico e metal-mecânico em decorrência do desenvolvimento industrial; por outro lado, a repressão política que se seguiu ao golpe desorganizou completamente toda formação trabalhadora anterior através de intervenções generalizadas nos sindicatos, principalmente entre os petroleiros, bancários, ferroviários e portuários, que eram, então, a vanguarda da classe.

A repressão que depois se institucionalizou implantou, de fato, a paz nos caos-de-fábrica, mas ajudou a destruir, ao mesmo tempo, aquilo que foi efetivamente o maior

feito da burguesia: sua hegemonia política e cultural sobre os trabalhadores, expressa através do projeto de desenvolvimento regional. Essa hegemonia desfez-se ainda mais rapidamente à medida que os novos investimentos industriais passaram a ser feitos não mais pelo Estado apenas, como era o caso da extração e refino de petróleo e do transporte marítimo e ferroviário, mas por interesses privados ou por *joint-ventures*, para quem os interesses privados prevalecem sobre os interesses estatais. O novo empresariado, mesmo aquele que se cristaliza nas empresas do Estado, já não busca o consentimento dos trabalhadores através de uma gestão do capital que possibilite efeitos sociais (sobre o emprego, principalmente), mas, ao contrário, passa a gerenciar o capital, mesmo público, sob estritos critérios de lucratividade privada, sem nenhuma preocupação com seus efeitos sociais.

Assim, o novo operariado que se forma no final dos anos 70 e início dos 80 surge numa conjuntura política inteiramente diferente. De um lado, a tradição de luta operária e o projeto socialista, mantidos pelos partidos comunistas, continuam a ser veiculados no meio operário e estudantil com alguma eficácia; de outro, a desvinculação dos partidos comunistas de qualquer aliança governista possibilita a radicalização do discurso emancipatório e facilita a sua identificação com as reivindicações propriamente fabris. Essa confluência entre a tradição teórica dos comunistas, o descompromisso com possíveis alianças de classe e a presença de fortes reivindicações fabris se consolida com a formação do Partido dos Trabalhadores, em 1978, e marcará decisivamente a formação da classe trabalhadora na Bahia.

O núcleo desse processo de formação serão os petroquímicos, mais precisamente os operadores de processo petroquímico. Isso ocorre por vários motivos, muitos dos quais não estão ainda suficientemente elucidados. Em primeiro lugar, os operadores de processo são um segmento-chave na produção petroquímica e estão sujeitos a condições de trabalho bastante insatisfatórias (Guimarães, 1986), entre as quais se destacam o estrangulamento de carreira e o trabalho de turno; em segundo lugar, por se tratar de trabalhadores com nível médio de escolaridade, eles têm maior capacidade de mobilizar recursos ideológicos e organizacionais, tendo mesmo alguma experiência em reivindicações coletivas através do movimento estudantil; em terceiro lugar, a extração social desses trabalhadores situa-se num espectro que abrange famílias de pequenos comerciantes do interior e famílias de profissionais empobrecidos. Essa extração, aliada a salários relativamente altos que possibilitam alguma poupança, proporciona uma situação em que a compulsão ao trabalho na petroquímica não é total, dado o possível acesso a fontes alternativas de renda, e se traduz no surgimento de lideranças que efetivamente se autonomizam diante da estrita disciplina fabril.

A história do movimento operário na Bahia de nossos dias deve muito a esse núcleo de trabalhadores. É a partir dele que se forma, em 1978, o Sindiquímica, agregando todos os trabalhadores do Pólo, principalmente o pessoal de operação e manutenção. Em 1979 os primeiros conflitos de trabalho na Bahia, sob regime militar, apresentarão duas vertentes: de um lado, os trabalhadores credenciados e administrativos, puxados pelos professores e profissionais de saúde, e, de outro, os trabalhadores industriais, puxados pelos petroquímicos.

A dinâmica do conflito industrial no Pólo levaria, primeiro, o patronato a aprofundar a sua política gerencial de separação entre trabalhadores de produção e manutenção, para forçar assim a separação de sua representação sindical. De fato, depois de criada, a Ceman (Central de Manutenção, que concentra o grosso dos trabalhadores de manutenção petroquímica no Pólo) recusa-se a negociar com o Sindiquímica, reconhecendo apenas o sindicato dos metalúrgicos como interlocutor legítimo. Essa manobra, vitoriosa a curto prazo pelo que representou em termos de quebra de poder sindical, significou, a longo prazo, a extensão da influência da organização sindical petroquímica sobre o conjunto dos trabalhadores metalúrgicos. Tal tendência se consolida recentemente

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, Thales. Classes Sociais e Grupos de Prestígio. In *Cultura e Situação Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1956.

Brandão, Maria de A. *Classe Social e Identidade*, mimeo.
Castro, Nadya Araújo. O Emprego Não-Agrícola no Estado da Bahia (1950/1975). *Força de Trabalho e Emprego*, Ano I, nº 3, 1985.

Evans, Peter. Reinventing the Bourgeoisie: State Entrepreneurship and Class Formation in Dependent Capitalist Development. *American Journal of Sociology*, vol. 88, suplement. 1982.

Franco, Tânia Maria de A. Considerações sobre as Tendências do Emprego na Bahia de 1950 a 1980. *Força de Trabalho e Emprego*, Ano 1, nº 2, 1986.

Gabrielli, José Sérgio. *Industrialização e Incentivos Fiscais na Bahia: uma Tentativa de Interpretação Histórica*. Tese de Mestrado em Economia. 1975.

Guimarães, Antônio Sérgio A. *A Formação e a Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia*. Tese de Mestrado em Ciências Sociais. 1982.

Materialismo Histórico, Exploração e Análise de Classe. 1984, mimeo.

Regime Fabril e Formação de Classe na Indústria Petroquímica da Bahia. Trabalho apresentado a X Reunião da ANPOCS, Campos do Jordão. 1986.

Guimarães, Iracema B. Bahia: Relações de Trabalho e Novas Condições de Inserção dos Indivíduos nas Atividades Urbanas. *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, V.2, Aguas de São Pedro, SP, 1986.

Machado Neto, Zahidê. A Industrialização de Madre de Deus: um Caso de Experiência Sociológica. *Rev. Baiana de Estudos Brasileiros*. Oikos, nº 1. 1960.

Oliveira, Francisco de. *As Classes Sociais em Salvador: a Procura do Elo Perdido*. 1984, mimeo.

e Reichstul, Phillippe. Mudanças na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil. *Estudos CE-BRAP*, nº 4, 1973.

Przeworski, Adam. Proletariat into a Class: the Process of Class Formation from Karl Kautsky's The Class Struggle to Recent Controversies. *Politics & Society*, nº 4. 1977.

Roemer, John. *A General Theory of Exploration and Class*. University of Harvard Press. 1982.

Suarez, Marcos Alban. *Petroquímica e Tecnoburocracia*. Ed. Hucitec. 1986.

com o reforço que significou para o sindicato dos metalúrgicos a entrada em operação da Carafba Metais, empresa de mineração de cobre na área do Pólo. Em 1981 os conflitos industriais induziram o patronato a outra manobra divisionista: o não reconhecimento do Sindiquímica como representante dos trabalhadores das fábricas químicas. Essa manobra, sem nenhum efeito prático para o patronato, uma vez que os trabalhadores foram suficientemente fortes para manterem-se unidos de fato e conservarem a representação do conjunto da categoria, ensejou ademais que uma nova entidade sindical fosse criada, o Proquímicos, representando agora o conjunto dos trabalhadores químicos do Centro Industrial de Aratu, da Região Metropolitana de Salvador e de Feira de Santana, e alargasse sobremaneira a área de atuação e importância do movimento sindical no estado. Saliente-se, ainda, que a criação de indústrias químico-têxteis no Pólo alterou não apenas o perfil do emprego no setor mas trouxe também, no plano de ação de classe, os têxteis para a área de influência dos petroquímicos.

Hoje os trabalhadores do Pólo estão, portanto, reunidos em quatro entidades sindicais, que travam os conflitos sociais de maior impacto sobre a sociedade baiana. Apesar de a grande maioria da população urbana da Bahia continuar empregada em ocupações esporádicas e informais, em condições precárias de sobrevivência, e não terem por isso mesmo as mínimas condições ideológicas e materiais de organização, sendo, conseqüentemente, uma presa fácil da manipulação clientelista e da manipulação da mídia, os trabalhadores industriais do estado encontraram formas de organização que os colocam como uma força social capaz de exercer liderança social e disputar com a burguesia e o Estado a conformação ideológica da sociedade baiana.

Conclusão

A Bahia, no entanto, continua sendo a Bahia do "branco mulato e do preto doutor". Preta e oligárquica, portanto. Até que ponto permaneceram intactas as antigas fronteiras do grupo de prestígio branco que, segundo Azevedo (1956), incorporava as classes alta e média? O menos perspicaz dos observadores distinguiria hoje as marcas de classe nas ruas de Salvador mas notaria também o Carnaval branco buscando um espaço separado do Carnaval preto do povo. Se é certo que a cor já não prescreve os limites da estrutura de classes, ela continua como o principal discriminador no interior dessa estrutura. O ser preto continua a mais importante forma de identificação social, principal substrato dos símbolos que moldam a cultura de um portentoso movimento que luta pela conquista de reconhecimento social e pela igualdade de direitos públicos de uma maioria étnica empobrecida.

Ser branco e ter maneiras finas distinguiu no passado os burgueses e as altas camadas médias, mas nem por isso a brancura e as maneiras garantiam o acesso aos círculos burgueses. Muito menos hoje. Mas o povo da Bahia, ontem como hoje, é preto. E, ontem como hoje, só poucos acham trabalho nas fábricas, no comércio, nos bancos ou nas empresas de serviço. A maioria, quando se emprega, emprega-se nos serviços públicos, seja através da rede de clientelismo, seja através da oferta de trabalho pesado e desqualificado. Mais freqüentemente, no entanto, o trabalho é disponibilidade itinerante, exercida esporadicamente, sob o comando disperso de "quem tem grana". Faltam padrões e empregados. Faltam referentes que tornem concreta a identificação de classe. Foi assim no passado, é assim no presente, mas não apenas na Bahia. Na verdade, a divergência entre o processo de acumulação de capital que separa os produtores imediatos dos meios de produção e o processo de acumulação que cria ocupações produtivas ou funcionalmente necessárias é a característica principal do processo de proletarianização (Przeworski, 1977:359). Esse é o principal obstáculo de qualquer processo de formação de classe, for-

mar subjetividades de classe entre o povo trabalhador que não tem referentes concretos da exploração de classe.

No passado, como vimos, esse processo de formação caracterizou-se por forjar uma identidade regionalista e desenvolvimentista que sustentou um compromisso de classe sob hegemonia burguesa. Nessa formação a "democracia racial" procurou acomodar um compromisso entre etnias sob uma hegemonia cultural que negava de fato os símbolos africanos da identidade negra (Brandão, s/d). Pode-se duvidar se a cor delimitou, ou não, os contornos da estrutura de classe, mas é certo que a cor não impediu o desenvolvimento de uma consciência de classe; antes a cor parece ter sido a forma mais eficiente de identificação dos oprimidos numa situação em que os interesses das classes se dissolvi- am nos interesses da nação e ser preto era a única forma de identificação deixada aos explorados. Não houve aqui a apropriação da identidade racial pelas estruturas de exploração capitalista. Por isso mesmo a identidade racial não incorporou à sua consciência a percepção dos efeitos diferenciais da exploração capitalista sobre as etnias. A cor era importante quase que por exclusão, digamos assim, porque para o povo a cor era a única marca construída de exclusão social.

No presente, desfez-se a hegemonia da burguesia regional, que deixou de ser regionalista e desenvolvimentista. A burguesia baiana é apenas uma facção de uma classe nacional. A tecnoburocracia estatal abandonou também o nacionalismo desenvolvimentista, e os seus interesses regionais não precisam ser defendidos através de uma aliança tácita ou explícita com os trabalhadores. Os trabalhadores não são, eles também, mais que um segmento regionalmente localizado de um operariado nacional que partilha formas igualmente despóticas de gestão fabril e as mesmas condições de trabalho das empresas monopolistas. No momento atual, tanto a democracia política quanto a democracia racial terão de ser construídas pelos seus principais interessados - o povo proletário e os pretos ou, baianamente, o povo mestiço e preto da Bahia.

Thompson, E.P. *The Making of the English Working Class*. Vintage. 1958.

Weffort, Francisco. Democracia e Movimento Operário: Algumas Questões para a História do Período 1954-1964, *Revista de Cultura Contemporânea* (1-2); *Revista de Cultura e Política* (1). 1979.

Wright, Erik. *A General Framework for the Analysis of Class*. University of Wisconsin. 1985, mimeo.

Rationality and Class Struggle. *New Left Review*, nº 123. 1980.

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia e pesquisador do Centro de Recursos Humanos da UFBA.

Novos Estudos
CEBRAP
nº 18, setembro 87
pp.57-69